

Difícil mesmo poderá ser no Senado

Uma frase dita ontem pelo líder do PFL no Senado, José Agripino Maia (RN), dá a dimensão dos problemas que o governo poderá ter no futuro no Congresso. “Na hora em que se cometem injustiças contra os Estados mais pobres, não temos mais nenhuma obrigação de sermos equilibrados ou racionais”, afirmou. O parlamentar protestava contra a reforma tributária e fazia, em sua fala, uma ameaça implícita de vincular uma solução satisfatória a seus interesses nesse assunto a outros temas da Casa. Não estava sozinho: no mesmo tom, falaram outros oposicionistas, como Tasso Jereissati (PSDB-CE), Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Para mostrar que a ameaça era para valer, tucanos e pefelistas obstruíram com sucesso um projeto que, pelo seu pouco efeito prático e pela solidariedade fácil que proporciona a uma causa social, seria aprovado por unanimidade: a transformação de 2004 no “ano nacional da mulher”.

O “ano da mulher” será votado na semana que vem e o relator da reforma da Previdência, senador Tião Viana (AC), teve a sinalização que temia: a de que a vida do governo no Senado será muito, mas muito mais difícil do que na Câmara. Em primeiro lugar, por uma razão matemática: os partidos que se colocam como oposicionistas, PSDB, PFL e PDT, somam 34 parlamentares. Acrescente-se a senadora Heloísa Helena (PT-AL) e retire-se os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Roseana Sarney (PFL-MA), resta um bloco de oposição de 33 senadores, dois a mais que o suficiente para barrar uma reforma constitucional. Só em função disso, já se torna necessário cavar dissidências na base oposicionista.

Outra razão torna difícil o desafio de uma articulação governista bem sucedida, sobretudo em questões que mexam com o pacto federativo, como a reforma tributária. “Este Senado tem lideranças regionais que são predominantes em seus

Reforma tributária vai pautar todo o resto

Estados, possuem alto grau de articulação e estão na oposição conservadora. Eles se sobrepõem aos seus partidos. Qualquer questão regional aqui é muito mais complicada. Cada senador é uma instituição política própria”, afirma Tião Viana. Os exemplos, além dos três senadores já citados, são numerosos. Os efeitos já se fazem sentir: PSDB e

PFL demonstram no Senado uma animosidade em relação à reforma previdenciária que não existiu na Câmara.

A base governista vê na aliança com o PMDB o antídoto para o perigoso casamento entre a reforma da Previdência e a tributária em que uma pode travar a outra. Assim pensam também alguns pemedebistas. “O governo tem o Senado no bolso. Na hora do voto, a oposição não passa de dezesseis votos contrários”, disse recentemente um governador do PMDB a um dirigente da sigla. Mas os sinais dos últimos meses não mostram um cenário tão fácil.

Ao longo de 2002, último ano de um já enfraquecido governo Fernando Henrique, os senadores levaram a voto 60 medidas provisórias. Destas, 55 foram aprovadas, três modificadas e duas rejeitadas. De fevereiro a julho deste ano, oito medidas provisórias já tiveram que voltar para a Câmara. Não houve ainda a votação de uma emenda constitucional. Mas a sessão do dia 24 de junho deste ano mostra o caráter peculiar da Casa.

Neste dia, os senadores ignoraram as emendas do PFL e do PSDB para mudar o valor do salário mínimo de R\$ 240, proposto por Lula. Na votação da medida provisória sobre o tema, a proposta pefelista de um mínimo de R\$ 260 teve 21 votos, e a tucana, de R\$ 252, teve 22 votos. Ponto para o governo. Mas no mesmo dia, o Senado tomou uma atitude inédita: rejeitou, por 40 votos a 23, a indicação do ex-deputado Luiz Alfredo Salomão para uma cadeira na Agência Nacional do Petróleo.

Foi a primeira vez em quarenta anos que uma mensagem presidencial de preenchimento de um cargo foi rejeitada pelo Senado. O que ocorreu? No primeiro caso, os senadores colocaram a definição de uma política macroeconômica acima de interesses meramente partidários. No segundo episódio, inimigas antigas falaram mais alto que a fidelidade ao governo. No Senado, é forte a tendência de cada voto a favor do Planalto ser resultado de um pacto estabelecido em bases nada coletivas. E por isso mesmo, a reforma da Previdência só caminhará tranqüila se o governo começar a negociar já a reforma tributária.